

EMPRESAS & NEGÓCIOS

COMENTAR | CORRIGIR | Compartilhar

DESENVOLVIMENTO Notícia da edição impressa de 13/11/2017. Alterada em 12/11 às 17h59min
Arranjos Produtivos Locais ganham visibilidade no Estado



Concentração de empresas favorece ganho de mercados, acesso a recursos e inovação

FREEPIK.COM/DIVULGAÇÃO/JC

Samuel Lima

A cooperação local entre empresas é algo que vem sendo formalmente trabalhado desde 1999 no Rio Grande do Sul, quando o Estado foi um dos pioneiros na definição e execução de políticas de capacitação e fomento dos chamados arranjos produtivos locais (APLs). "Pegamos como base um estudo antigo sobre eixos industriais para ver as principais aglomerações industriais do Estado. O objetivo era aumentar a competitividade desses arranjos e descentralizar o desenvolvimento industrial, que tende a estar concentrado no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul", lembra a coordenadora do programa à época e pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística (FEE), Clarisse Chiappini Castilhos.

APL é um aglomerado de empresas geograficamente próximas que apresentam especialização produtiva - que pode ser entendida como um setor dominante e, em geral, vira o nome do arranjo - e mantém ainda algum vínculo de cooperação e aprendizado entre si e outros atores, como governos, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Não existe, porém, distâncias mínimas ou máximas para se definir um APL. Ele geralmente é definido com base na forte ligação com a cultura local e com características próprias que impulsionam determinada atividade na região.

HOJE NO JC

Para Folhear

Modo Texto

Assine Já

IOS Android



LEIA TAMBÉM

Comissão 'desidrata' texto do PDV federal



PT quer sustar decreto de venda de ativos de empresas estatais

Sartori entrega em Brasília pré-acordo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal



O exemplo clássico é o APL Calçadista Sinos-Paranhana, um dos primeiros a serem trabalhados pela política de Estado na virada do século. A produção coureiro-calçadista teve início em 1824 no Vale dos Sinos, com a chegada de imigrantes alemães, conhecedores do artesanato em artigos de couro. Seis décadas depois, surgiu ali a primeira fábrica brasileira especializada em calçados, numa época em que a produção estava voltada ao mercado local.

Já entre as décadas de 1960 e 1980, os fabricantes gaúchos tiveram no mercado externo o impulso para o desenvolvimento, vendendo grandes lotes de produção a baixos preços, principalmente aos norte-americanos. Proliferaram-se, assim, curtumes, fábricas de calçados, de máquinas, equipamentos e componentes, entre outros estabelecimentos que, ao lado de instituições públicas e privadas, resolveram trabalhar juntos para encontrar uma solução para a crise que se instalou no setor nos anos 1990, com a abertura econômica e a concorrência com a produção asiática, de baixíssimo custo em mão de obra.

Exemplo similar pode ser encontrado na produção de vinhos (APL Vitivinícola da serra gaúcha), também sustentada pela imigração italiana em sua origem. "Difícilmente se consegue criar artificialmente esse arranjo, porque ele tem raízes mais profundas, como a questão da cultura, que forma e dá o diferencial", afirma Fernanda Sperotto, economista da FEE. "Existem políticas públicas para estímulo, reforço, adensamento de um APL, mas não para emergir. O que passou a acontecer em determinado momento no Brasil foi ver que essas políticas eram interessantes para distribuir renda e apoiar pequenas e médias empresas, que formam a maior parcela (dos arranjos)", conta a professora de pós-graduação em Economia da Unisinos, Janaína Ruffoni.

É por essa característica que a cooperação seria tão importante para os setores industriais gaúchos. "É muito melhor a pequena empresa estar em conjunto do que isolada, porque há uma tendência de transferência de conhecimento entre as pessoas, muito mais informal do que o contrário. Como a comunidade é próxima, elas vão na mesma igreja, no mesmo jogo de futebol, e acabam trocando conhecimento de mercado e tecnológico", explica Janaína. A principal vantagem não deliberada seria o que se diz em economia de transbordamento do conhecimento. "Ele não fica fechado na firma, mas vai além."


Além disso, há as ações deliberadas, que incluem a organização política e institucional para criação, por exemplo, de um instituto tecnológico. Foi o que aconteceu no setor coureiro-calçadista, que fundou o Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos (IBTeC) em 2005, baseada em instituição similar constituída na década de 1970. Por ser do grupo, e não de uma empresa em específico, ele acaba também diminuindo riscos e custos individuais.

Essa organização também é importante para buscar soluções a problemas comuns que afetam as empresas de um APL. O setor moveleiro da serra gaúcha, por exemplo, sofria com a falta de matéria-prima no mercado interno no começo dos anos 2000. Coletivamente, houve o pleito junto ao governo, que passou a articular a vinda de novos empreendimentos. Já em 2004, foram instaladas uma fábrica de MDF (chapa derivada da madeira), em Glorinha, e um centro de distribuição em Porto Alegre, cortando o custo de frete de diversas indústrias moveleiras gaúchas na época.

É preciso considerar, no entanto, que a forte aproximação de empresas pode apresentar certas desvantagens, como o aprisionamento tecnológico (lock-in). "Como elas estão muito próximas e interagem muito, acabam também ficando reféns de uma lógica de mercado, não conseguem se abrir", aponta Janaína. As particularidades do negócio e o sucesso momentâneo acabam gerando uma certa acomodação, que é posta em xeque em momentos de crise. "Foi o que aconteceu com os calçados. Todo mundo é dependente de um parceiro, de uma trade internacional, que define o modelo. Num momento de crise, como a entrada avassaladora dos chineses no mercado, essa dependência comercial acaba pesando", conta ela. A lógica de mercado seria vender sob escala, o que explica o esforço de fabricantes calçadistas em trabalhar marca nos dias de hoje.

Difícil de medir

Governo lança Projeto Avançar, com R\$ 42,15 bilhões



Cadastre seu e-mail no formulário abaixo para começar a receber a newsletter diária.

@ informe seu e-mail

CONTINUAR

informe seu nome

informe sua profissão

campos opcionais

CADASTRAR

● ●



Segmento de azeite de oliva é um dos que necessita trabalhar em polo
/FREEIMAGES.COM/DIVULGAÇÃO/JC

Ninguém sabe ao certo quantos arranjos produtivos locais existem hoje no Estado. Isso porque o conceito não tem delimitações claras de distância territorial, número de empresas e empregos gerados para definir se há uma aglomeração ou não em determinada região. Além disso, é considerado um Arranjo Produtivo Local (APL) apenas aquela aglomeração que apresenta articulação evidente entre agentes empresariais, instituições de ensino e pesquisa, poder público e outros - o que exige pesquisa de campo ou, em outras palavras, investimento de longo prazo.

Exemplo disso é estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), de novembro de 2016, que identificou, inicialmente, 170 aglomerações produtivas industriais no Estado, que respondiam por 47,9% do total do emprego e 32,3% dos estabelecimentos gaúchos. Ao aplicar novos filtros, como grau de investimento em tecnologia e empregos gerados, o número foi reduzido a 114 casos. O governo do Estado, então, selecionou 11 deles para pesquisa de campo, que revelou que nem todos poderiam ser considerados APLs. Apenas três casos estudados foram considerados arranjos consolidados - coureiro-calçadista do Vale dos Sinos e Paranhana; Moveleiro da serra gaúcha e Pedras, Gemas e Joias do Alto da Serra do Botucaraí -, enquanto oito rodaram no teste.

A professora de pós-graduação em Economia da Unisinos Janaína Ruffoni entende que até o número de aglomerações é questionável. "Depende muito do indicador. Se fizer mais largo, pode ir a 100, se for mais estreito, pode chegar em 30, e se considerar o período histórico, talvez menos", defende. Além disso, é possível considerar o segmento de comércio e serviços na avaliação, o que certamente elevaria o índice.

Mesmo os 33 APLs enquadrados e reconhecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado (Sdect) enfrentam resistência na teoria. "No sentido científico, poucos são efetivamente APLs. O número significa apenas que eles fizeram uma primeira apresentação e receberam recursos", aponta a pesquisadora da FEE Fernanda Sperotto, que participou do estudo citado anteriormente.

Haveria desencontro, por exemplo, no chamado APL Eletrônico de Automação e Controle, que envolvia, em 2014, 10 municípios, 21 atividades diferentes e 2 mil empreendimentos, dados mais recentes do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais do Rio Grande do Sul, abastecido pelo Piratini. "Tem mais a ver com uma decisão política. Interessava que se criasse um APL desse tipo, houve conversas com empresários e todos queriam fazer parte. Aceitou-se politicamente", afirma Beky Moron de Macadar, também pesquisadora da FEE. Mas esse não é o único caso de arranjos com enorme lista de atividades e território.

Fato é que os setores industriais de maior destaque no Estado, como calçados, móveis, vinhos, têxtil, metalmecânico e máquinas agrícolas, estão organizados dessa forma, ressalta Janaína, o que confere importância ao tema. A tendência agora estaria em olhar para o setor do agronegócio como APL, para capacitar, trabalhar inovação e potencializar setores como leite e carnes ovina e bovina, além da reconversão de alguns polos tradicionais, como o calçadista, a vitivinicultura e a indústria moveleira. A especialista aposta ainda na emergência do azeite de oliva como arranjo produtivo local.

Contatos motivam APL gaúcho de games



Idiart preside a ADJogosRS, que congrega 30 negócios voltados a jogos eletrônicos no Estado
/FREDY VIEIRA/JC

Caco Idiart era diretor em uma desenvolvedora de jogos no Praia de Belas Prime Offices, mas passaram-se meses até descobrir a existência de empresa similar alguns andares abaixo. A história mostra bem qual era a interação entre o setor na capital gaúcha e entorno antes de 2012, quando começou a trabalhar junto e formar o APL de Jogos Digitais, reconhecido pelos governos federal e estadual dois anos depois.

Idiart preside a Associação dos Desenvolvedores de Jogos do Estado (ADJogosRS), que gerencia o APL e congrega 30 negócios exclusivamente voltados à produção de games, em sua maioria na Região Metropolitana de Porto Alegre e Vale dos Sinos. Ele acredita que os locais têm um ambiente propício. "Pode ser um pouco de acaso, mas a região tem três cursos de graduação em Design de Jogos e, ao mesmo tempo, os pioneiros do desenvolvimento de jogos do Brasil estavam aqui, remanescentes de quase 20 anos atrás.",

Para a cooperação virar rotina no segmento, o especialista em gamificação conta que foi preciso superar a ideia de concorrência. Além de o mercado de jogos ser amplo - a expectativa é de que alcance o dobro do tamanho de cinema e música somados, ficando atrás apenas do mercado bélico, até 2018 -, trabalhar lado a lado teria facilitado a vinda de investidores, aumentado a visibilidade do setor gaúcho e possibilitado acesso a recursos públicos. Em janeiro de 2016, foram destinados R\$ 300 mil por meio de dois editais. "Investimos tudo em capacitação negocial para nossas empresas, ensinando monetização, montagem de equipe, marketing, como abordar mercado", enumera.

Parte do valor também bancou viagens para os principais eventos nacionais e internacionais de jogos digitais, como a Gamers Developers Conference, nos Estados Unidos, e a Brasil Games Show, em São Paulo. Esse contato teria sido importante para impulsionar o Dash Games, evento de palestras e rodada de negócios realizado pela Associação a cada dois anos, desde 2014. "Conseguimos trazer players muito

importantes, como Samsung, 505 e Sony", conta.

Alguns dos projetos que saíram dali foi o primeiro jogo de realidade virtual do Angry Birds, lançado para o Rock in Rio 2017, pelo convênio da finlandesa Rovio Mobile, criadora da mundialmente série de jogos dos passarinhos, com a Imgnation, de Santa Maria. Outro exemplo foi a distribuição na Ásia de jogo desenvolvido pela Cupcake, empresa da Capital. Idiart acredita que o APL tende a crescer, mesmo que o mercado de jogos seja "um pouco perverso" e que a perspectiva de apoio público financeiro não seja das melhores.

Vocação militar rende polo de defesa a Santa Maria



Tecnologia é um dos destaques do aglomerado de segurança
/FOTOS GIULIA POZZOBON/ADESM 4/DIVULGAÇÃO/JC

Polo tecnológico e referência no Ensino Superior gaúcho, o município de Santa Maria também é conhecido pela vocação militar, representando o segundo maior contingente do País, com 9,3 mil homens e 20 organizações. As características ajudam a explicar porque surgiu ali o APL Polo de Defesa e Segurança, reconhecido pelo governo estadual em 2015 e que hoje une 19 empresas, com forte interação com as Forças Armadas.

De acordo com o superintendente executivo da Associação de Desenvolvimento de Santa Maria (Adesm) e gestor do APL, Diogo de Gregori, o aglomerado de empresas de manutenção e modernização de veículos blindados, softwares de simulação virtual, defesa cibernética, telecomunicações e aeronaves experimentais e remotamente controladas, entre outras atividades, foi identificado em 2014, logo após os outros dois arranjos produtivos que tem o município como sede, o Centro Software (tecnologia de informação e comunicação) e o Metal Centro (metalmecânico). "Vimos um grande potencial, pela demanda alta de tecnologia e o emprego de mão de obra bem qualificada", retoma. "Santa Maria é exportadora de cérebros. Existem aqui oito instituições de ensino superior, com mais de 35 mil alunos. Incentivar tecnologia e inovação ajuda a evitar isso."

O principal foco do APL é fazer a articulação entre civis e militares, segundo Gregori. Para isso, aposta na participação em seminários e mostras de tecnologia, como LAAD Security, a Conferência de Simulação e Tecnologia Militar (CSTM) e a Mostra BID. Também investiram em seminário próprio. Orgulho recente foi a inclusão da Defii Ateliê de Software, que integra o grupo, como empresa estratégica pelo Ministério da Defesa, o que a deve beneficiar com licitações diferenciadas e visibilidade nacional.

Produtores de ovinos planejam investir em planta frigorífica

Os criadores de ovinos do Alto Camaquã decidiram se unir como forma de valorizar o diferencial produtivo. Dessa forma, 400 famílias e 24 associações de produtores locais

diferencial produtivo. Dessa forma, 400 famílias e 24 associações de produtores locais nos municípios de Bagé, Canguçu, Encruzilhada do Sul, Lavras do Sul, Piratini, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista querem promover a imagem das localidades.

"A região é tida como atrasada por não ter incorporado a mecanização, só que é bastante preservada e permite a produção de uma carne de qualidade, produzida em campo nativo", afirma o presidente da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (Adac), Mateus Garcia. O Arrano Produtivo Local (APL) foi reconhecido em 2015, recebendo recursos por meio de edital, na ordem de R\$ 150 mil para contratação de um gestor, estruturação do APL, capacitações diversas e na criação de marca própria coletiva. Querem que cheguem ao consumidor geral, em breve, como um produto sustentável e identificado culturalmente.

O maior passo, no entanto, ainda está por vir: o grupo conseguiu acesso a R\$ 5 milhões do Fundo Social do Bndes para investir em uma planta frigorífica. Ela seria gerida por uma cooperativa de Santana da Boa Vista, a ser reativada com outro nome fantasia, em convênio com a Embrapa.

[COMENTAR](#) | [CORRIGIR](#) | [Compartilhar](#)

COMENTÁRIOS

Seja o primeiro a comentar esta notícia

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

Av. João Pessoa, 1282 - Farroupilha
Porto Alegre - RS - CEP 90040-001
Fone (51) 3213.1300

JORNAL DO COMÉRCIO

Capa
Últimas notícias
Edição para folhear
Edição modo texto
Edições anteriores
Especiais
Fale conosco
Trabalhe conosco
Assine
Portal de Relacionamento

EDITORIAIS

Economia
Política
Geral
Internacional
Esportes
Cultura
Opinião
Colunas
Cadernos
GeraçãoE
Marcas

SERVIÇOS

Agenda de eventos
Indicadores
Galeria de imagens
Galeria de vídeos
Tempo
RSS
Newsletter
Blog Acontecendo

Buscar

www.jornaldocomercio.com © Copyright 2017 Cia Jornalística J.C. Jarros. Todos os direitos reservados. Desenvolvido em parceria com i94.Co™.